



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR À CONTRATAÇÃO**

**1. LISTAR E EXAMINAR OS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS, DE ACORDO COM A SUA NATUREZA:**

Incide sobre a contratação de serviços de engenharia para execução da obra de Macrodrenagem do município de Pinheiros a seguinte normatização:

- 1.1. Normas da ABNT e do Inmetro; Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- 1.2. Código de Obras e Posturas do Município de Pinheiros;
- 1.3. Lei de Licitações 14.133/2021;
- 1.4. IN 5, de 26 de maio de 2017;
- 1.5. Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde Ocupacional – NR's 4, 6, 7, 10, 18 e 24;
- 1.6. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA; **1.9.** Normas técnicas da ABNT (Associação brasileira de normas Técnicas), aplicáveis aos serviços de construção civil, instalações elétricas e instalações mecânicas realizados pela CONTRATADA;
- 1.10.** Acórdãos do TCU nº 2666/2013-Plenário e 2622/2013-Plenário;

**2. ANALISAR A CONTRATAÇÃO ANTERIOR, OU A SÉRIE HISTÓRICA, SE HOVER, PARA IDENTIFICAR AS INCONSISTÊNCIAS OCORRIDAS NAS FASES DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO, SELEÇÃO DO FORNECEDOR E GESTÃO DO CONTRATO, COM A FINALIDADE DE PREVENIR A OCORRÊNCIA DESSAS NOS ULTERIORES TERMOS DE REFERÊNCIA OU PROJETOS BÁSICOS:**

- 2.1. Por se tratar da primeira licitação sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021, sugerimos especial atenção nos seguintes pontos, abaixo relacionados, para a nova contratação:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

2.2. O Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) a ser adotado é o estipulado no orçamento da Administração, de acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário.

2.3. **Sugerimos atenção na estipulação do critério de qualificação financeira das licitantes, evitando contratação de empresas com baixa capacidade financeira para a condução do contrato.** Sugere-se ainda, caso seja possível, que a empresa a ser CONTRATADA apresente financeiro correspondente a três meses de medição do contrato (considerando valor mensal médio de 1/12 do valor anual).

2.4. Serão remunerados à CONTRATADA os **custos de administração local** (equipe técnica), canteiro de obras e mobilização e desmobilização. O canteiro de obras poderá ser composto de contêineres, sanitários, vestiário e refeitório, dentre outros, conforme orçamento da Administração. Esta remuneração será **de acordo com disposto no Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário, em que se estabelece o pagamento proporcional ao avanço financeiro da execução do contrato.**

2.5. Sugere-se que a Licitação, em atendimento à Lei 14.133/16, seja realizada com **Anteprojeto**, na **modalidade integrada**. Desta forma, os projetos básicos e executivos serão de responsabilidade da licitante vencedora, sendo esta remunerada pela elaboração do projeto básico e executivos do certame, conforme previsto no orçamento da licitação.

2.6. Recomendamos que a **Licitação** seja do tipo **Menor Preço Global**. O proponente deverá apresentar, por ocasião do certame, os descontos a serem aplicados nos serviços que compõem o orçamento da Administração. **A data base atual deste orçamento é junho de 2023.** Recomendamos, ainda, regime de **medição mensal por preço global, em conformidade com o Cronograma Físico Financeiro.**

2.7. A contratada será responsável por aprovar os projetos nos órgãos regulamentadores externos, que se fizerem necessários, tais como o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES) e Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Pinheiros, no que couber.

2.8. Em que pese a gestão de captação de recursos junto ao Fundo Cidades, **sugere-se que a licitação do objeto seja publicada pelo Município de Pinheiros, sob a gestão e acompanhamento da Comissão Permanente de Licitação (CPL) deste, e que posteriormente a gestão e fiscalização da execução esteja a cargo equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**3. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A drenagem urbana é uma importante rede de infraestrutura para as cidades e faz parte de toda a rede de saneamento. Com a crescente urbanização de novas áreas, soluções que ajudam a evitar os efeitos das chuvas intensas estão sendo largamente aplicadas pelos municípios. A macrodrenagem é uma destas soluções e atua principalmente na retirada do excesso de água do solo, acumulada em áreas relativamente grandes, a nível distrital ou de microbacias hidrográficas.

3.2. A macrodrenagem é um conjunto de obras que visam melhorar as condições de escoamento de forma a atenuar os problemas de erosões, assoreamento e inundações. Ela é responsável pelo escoamento final das águas, a qual pode ser formada por canais naturais ou artificiais, galerias de grandes dimensões e estruturas auxiliares.

3.3. O Município de Pinheiros/ES sofre constantemente com a situação de suas ruas, com surgimento de buracos e desnivelamento, se tornando um verdadeiro pesadelo para os moradores. Todavia, tais incidentes são frutos de uma série de fatores, tendo como principal as condições do solo da cidade, visto que esta foi edificada às margens do rio Jundiá, o qual hoje se encontra nas galerias subterrâneas que cortam todo o centro e bairros que o rodeiam.

3.4. A principal causa das enchentes ocorre devido ao aumento do crescimento populacional de forma desordenada. O desenvolvimento urbano reduz a cobertura vegetal, e por isso causa o desequilíbrio do ciclo hidrológico natural. Os predominantes motivos para essa intensificação dos eventos de chuva são a impermeabilização do solo, as ilhas de calor, e a disposição de resíduos.

3.5. A maior influência das enchentes justifica-se pela impermeabilização do solo. A pavimentação das ruas e a cimentação do chão impede a infiltração das águas superficiais no solo, o que contribui para elevação da velocidade de escoamento superficial, do incremento das vazões máximas pluviais em menos tempo, e da elevação dos rios.

3.6. Ademais, devido as areias que sustentam a estrutura das ruas serem muito finas, comprovado por um estudo técnico realizado na administração anterior, e, o tipo de calçamento que reveste as vias permitirem a permeação de água da chuva, ocorre o fenômeno da erosão e prejudica o calçamento com abertura de buracos e desnivelamento das vias.

3.7. Somados a este problema existe também o fator de o Município de Pinheiros receber um fluxo elevado de veículos longos e de carga pesada devido a atividade agropecuária da região e demais serviços de logística. Tudo isso por se encontrar em um ponto estratégico da região norte capixaba que liga a mais quatro municípios e escoam para fronteiras de dois estados, Minas Gerais e Bahia.

3.8. Portanto, o problema do solo que por si só já trazia grande tormenta nos períodos de chuva, acrescido do alto índice de veículos pesados que circulam pela cidade, as



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

ruas necessitam de manutenção constante. Pensando em solucionar este problema que assola a cidade, necessita-se de construção de novas galerias planejadas para suportar o volume real do Córrego Jundiá e demais que percorrem o subterrâneo do Município, como forma de prevenção destes infortúnios frequentes.

3.9. A referida obra de macrodrenagem oportunizará a melhor manutenção das vias, contribuirá para o desenvolvimento do urbanismo da cidade, além de consolidar a boa prática mercante do comércio, entregando a Pinheiros a dignidade que ela e seus munícipes merecem.

3.10. Além de atuar na redução das doenças causadas pelo acúmulo de água, como leptospirose e diversas verminoses, a macrodrenagem possui outras vantagens, como:

- Redução dos transtornos decorrentes de fortes chuvas.
- Redução da quantidade de imóveis perdidos ou danificados pelas inundações.
- Diminuição de perdas materiais e humanas em residências, indústrias e comércios.
- Redução de ocorrência de descarte irregular de resíduos.
- Reduzir a ocorrência de alagamentos.
- Melhora da qualidade das águas pluviais.
- Escoamento rápido das águas superficiais, facilitando o tráfego por ocasião das chuvas.
- Diminuição da destruição de vias públicas pelo efeito de chuvas intensas.
- Redução de custos com manutenção, restauração e reabilitação de equipamentos públicos danificados após a ocorrência de chuvas.
- Redução transtornos causados pela interdição de ruas e a paralisação de serviços públicos essenciais, como o transporte público.
- Eliminação de águas estagnadas e lamaçais, focos de doenças.
- Aumento do escoamento da água, diminuindo a incidência de enchentes e pontos de alagamento.
- A possibilidade de circulação de veículos e pedestres em áreas urbanas após chuvas intensas.
- Valorização das propriedades nas áreas em que possuem sistema de drenagem.
- Possibilidade do desenvolvimento urbano de forma sustentável.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

- Aumento da qualidade de vida.
- Melhoria na qualidade da saúde pública.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023/2024/2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

**3.2.** Constitui o objeto da licitação a **contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a execução da obra de macrodrenagem do município de Pinheiros**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

#### **4. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO**

**4.1.** Esta contratação está alinhada com o plano de contratação anual, em especial as ações de execução de serviços de engenharia para adequações e obras, sendo imprescindível a licitação do objeto.

**4.2.** A contratação poderá ser prorrogada após término da vigência contratual, considerando a conveniência e a oportunidade da Administração, e a supremacia do interesse público;

**4.3.** Informamos que o serviço possui natureza **não-continuada**, pois trata-se de execução de objeto com datas de início e término definidas, ou seja, com prazo de execução previamente determinado.

#### **5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Com o advento da Instrução Normativa Nº 5, em 2017 e a Lei 14.133/21 (conhecida como Lei de Licitações), abre a possibilidade de realização dos certames nas modalidades integrada e semi-integrada.

Em tais modalidades, flexibiliza-se a solução construtiva, concedendo-se liberdade para a empresa vencedora ajustar ou até mesmo elaborar os projetos básicos e executivos, viabilizando as contratações e diminuindo os riscos do insucesso ou da paralisação das obras por problemas de projeto, em função da celeridade das decisões de engenharia. Dessa forma, para a licitação em tela, sugere-se a modalidade **integrada**, visto que o anteprojeto e orçamento fazem parte da documentação técnica do certame.

Sugerimos como **critério para julgamento das propostas** o tipo **Menor Preço Global**, cuja adoção está amparada na lei 14.133/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Também sugerimos adotar **medições mensais por preço global**, simplificando os trabalhos de fiscalização e estipulando metas de entrega parcial para a contratada, sendo esta estratégia também um modo de garantir a entrega da obra no prazo contratual.

Por fim, informamos que é comum as licitações das obras e/ou reformas dos outros órgãos sob a égide da Lei 14.133/21, nas modalidades integrada ou semi-integrada.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. Sugerimos, como requisito para qualificação técnica:**

- Apresentação de Certidão de Registro em vigor da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) conforme Resolução 266/79 ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) conforme Resolução 93/2014, da região a que está vinculado o licitante e que comprove atividade relacionada ao objeto desta licitação;
- Apresentação, por parte do licitante, de declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços;
- Além dos requisitos acima, serão exigidos como Capacitação Técnico Profissional: Comprovação do licitante de possuir, em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, Engenheiro Civil com atribuição do artigo 7º da resolução Confea nº 218/1973, e/ou Arquiteto e Urbanista com atribuição da resolução CAU nº 21/2012 com comprovada experiência, em execução de obras de macrodrenagem. Tal comprovação será feita por meio de:
  - Apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, registrada(s) no CREA/CAU, em nome do(s) profissional(is) apresentado(s) para atendimento ao item acima, acompanhada(s) de seu(s) respectivo(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, relativo(s) à execução de serviço(s), em edificações, compatível(is) em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;
  - Apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física do Profissional em vigor em seu respectivo Conselho de Classe.
- A comprovação de vínculo profissional far-se-á pela apresentação de um dos seguintes registros: cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante; cópia do contrato social do licitante em que conste o





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

profissional como sócio; cópia do contrato de prestação de serviços com firmas reconhecidas em cartório ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada de declaração de anuência do mesmo, ambas com as firmas reconhecidas em cartório; cópia da Certidão de Registro em vigor da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) conforme Resolução nº 266/1979 ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) conforme Resolução nº 28/2012, da região a que está vinculado o licitante em que conste o profissional na lista de responsáveis técnicos.

- Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração, conforme § 6º, art. 67, Lei 14.133/2021.

Deverá(ão) constar, no(s) atestado(s), em destaque, os seguintes dados: data de início e término dos serviços; local de execução; nome do contratante e pessoa jurídica e da pessoa jurídica CONTRATADA; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) com número(s) de registro(s) no CREA/CAU; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados.

Será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

Caso seja necessário, será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

Se solicitado, a empresa participante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, ou endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

A exigência de três anos de experiência almeja identificar a experiência e estabilidade das empresas no mercado, assim como aferir a capacidade de gerir pessoas e suportar os custos mínimos de administração inerentes à prestação de serviços de natureza complexa, como o caso do objeto em tela deste Edital de contratação. O(s) atestado(s) apresentado(s) deve(m) conter informações que permitam estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação entre os serviços objeto deste Estudo Preliminar. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Considerar-se-á inválido documento que não apresentar rigorosamente a situação atualizada do profissional ou da empresa.

A inobservância das disposições de qualquer dos itens e subitens será motivo de inabilitação da licitação.

**6.2. Por fim, a equipe técnica da Secretaria Municipal de obras, sugere aspectos de qualificação de ordem técnica.** Entretanto, solicitamos atenção especial na definição dos itens que compõem a qualificação financeira da **CONTRATADA** (algo que é alvo impugnações constantes em licitações, e ainda acarreta contratação de empresas sem a saúde financeira necessária), visto que a empresa deverá ter capacidade de investimento e desembolso suficiente e adequada à plena execução do objeto contratual.

**7. ESPECIFICAR AS SOLUÇÕES DE MERCADO (PRODUTOS, FORNECEDORES, FABRICANTES ETC.) QUE ATENDEM AOS REQUISITOS ESPECIFICADOS E, CASO A QUANTIDADE DE FORNECEDORES SEJA CONSIDERADA RESTRITA, VERIFICAR SE OS REQUISITOS QUE LIMITAM A PARTICIPAÇÃO SÃO REALMENTE INDISPENSÁVEIS, DE MODO A AVALIAR A RETIRADA OU FLEXIBILIZAÇÃO DESTES REQUISITOS.**

**7.1.** Indicamos algumas empresas como possíveis interessadas na contratação em tela:

- JB DA Silva Junior Ltda, CNPJ 31.276.874/0001-08.
- Residência Engenharia, CNPJ 28.508.315/0001-63.
- RG Empreendimentos Imobiliários e Eventos, CNPJ 18.472.754/0001-00;
- Estrutural Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ.
- Envix Engenharia Ltda, CNPJ: 13.177.893/0001-97.
- Paulitec Construções Ltda: 49.437.809/0001-74.
- Telar Engenharia e Comércio S.A: 62.570.320/0001-34.
- Cobra Engenharia Ltda, CNPJ: 06.940.556/0001-44.
- Comér Construtora e Incorporadora Ltda, CNPJ 27.170.703/0001-14.
- Lockin Construtora Eireli, CNPJ 15.600.848/0001-29.

**7.2.** O rol de empresas acima é apenas exemplificativo (não exaustivo), sendo apenas uma indicação de potenciais participantes da licitação. Não restringe e nem impede a participação de outras empresas, não limitando, por óbvio, a ampla concorrência do certame.

**8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**8.1.** As proponentes deverão tomar como base, para apresentação de sua Proposta Comercial referente ao objeto da licitação, o orçamento da Administração.

O modelo da planilha a ser apresentada pelas proponentes consta do Anexo 10. Será vencedora do certame a licitante que apresentar o maior desconto na planilha orçamentária da Administração.

**8.2.** Cabe ressaltar que é de inteira responsabilidade da proponente a orçamentação de sua Proposta Comercial, inclusive a correta análise do orçamento da Administração, dos preços e condições de mercado que afetem o certame, do dimensionamento, do levantamento de quantitativos e da precificação correta de sua proposta. Alertamos que sobre a vencedora do certame recairão as cláusulas contratuais e legais aplicáveis, caso o objeto não seja entregue, ou não satisfaça a todos os requisitos de contrato firmados.

**8.3.** Serão levados em consideração critérios de desclassificação e exequibilidade das propostas, conforme art. 56 da Lei 13.303/16.

## **9. ESTIMATIVAS DE PREÇO OU PREÇOS REFERENCIAIS**

**9.1.** Sugere-se a adoção, para o certame do critério de julgamento pelo Menor Preço Global, em que vencerá a licitação a proponente que apresentar maior desconto sobre os serviços de engenharia.

**9.2.** O orçamento da Administração, referência para as proponentes e publicação do certame, adota bases de dados governamentais para composição de custos, preferencialmente o SINAPI, em consonância com o §2º, art. 23 da lei 14.133/21. Outras bases de dados são adotadas, como o SICRO, DER/ES ROD., DER/ES EDF., DER/ES CONSULTORIA, CESAN, dentre outros (§2º, art. 23 da lei 14.133/21). Além de agilizar a elaboração de orçamentos, pois reduz enormemente a necessidade de cotações de mercado, a precificação tomando como referência sistemas do governo evita a incidência de sobrepreços nos orçamentos da Administração, dando credibilidade aos processos licitatórios.

**9.3.** Para os itens de projeto cuja precificação não é referenciada por sistemas governamentais, e imprescindíveis para a execução do objeto, o orçamento da Administração adota pesquisa de mercado de mercado para criação de composições próprias, prática amparada pelo Lei 14.133/2021.

**9.4.** Sendo assim, compete às licitantes apresentar os descontos sobre os serviços em planilha orçamentária, conforme modelo do ANEXO 10, que irá



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

compor a sua Proposta Comercial. Ressalta-se que, conforme 8.2, a responsabilidade pela proposta apresentada cabe inteiramente à licitante, que deverá levar em consideração as particularidades, complexidade e dimensões do objeto do certame, na ocasião da sua precificação para a licitação.

**9.5.** Os descontos a serem apresentados pelas proponentes durante a licitação não necessariamente devem ser lineares, cabendo à licitante a responsabilidade pela análise e correta precificação. Apenas informamos que os preços dos serviços de engenharia que compõem o orçamento da Administração constituem referência máxima, não sendo admitida apresentação de propostas com preços superiores à referência citada, tanto individualmente para os itens que compõem a proposta, quanto globalmente, para o preço final.

**9.6.** O BDI estipulado no orçamento da Administração, e que deve ser seguido pelas licitantes, segue o Acórdão 2.622/2013 TCU ou Resolução nº 366, de 22 de novembro de 2022. O orçamento segue o modelo **não desonerado**, com **data-base de 06/2023**.

## **10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **10.1. Forma e execução dos serviços.**

10.1.1. A CONTRATADA deverá executar a Obra de Macrodrenagem do Município de Pinheiros rigorosamente conforme todas as especificações técnicas, memoriais descritivos, projeto básico e projetos executivos.

10.1.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços seguindo todas as normas da associação brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis ao objeto, que poderão ser invocadas pela Fiscalização do contrato na exigência do seu cumprimento durante o decorrer da obra. Serviços em desconformidade com a normatização vigente não serão aceitos, cabendo à CONTRATADA refazê-los sem ônus para a CONTRATANTE, quando apontados pela Fiscalização do contrato.

10.1.3. A CONTRATADA deverá executar os serviços seguindo, também, as normas dos órgãos reguladores externos aplicáveis ao objeto, tais como Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo – CBMES, Secretaria de Meio Ambiente – SEMMAM, Prefeitura Municipal de Pinheiros, que, da mesma forma, poderão ser invocadas pela Fiscalização do contrato na exigência do seu cumprimento durante o decorrer da obra, sendo que as desconformidades que infringirem estas normatizações não serão aceitas, cabendo à CONTRATADA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

saná-las sem ônus para a CONTRATANTE, quando apontadas pela Fiscalização do contrato.

10.1.4. A CONTRATADA deverá obedecer, ainda, as normas internas do Município para execução do objeto, de modo a minimizar os impactos na rotina das áreas assistenciais e administrativas da instituição.

10.1.5. A CONTRATADA deverá, além disso, adotar boas práticas de engenharia construtiva na condução do contrato, visando ao cumprimento de prazos acordados com a Fiscalização, à otimização dos recursos de material e mão de obra, à redução dos desperdícios e geração de entulho, e ao cumprimento de todas as normatizações aplicáveis já mencionadas, incluindo às normas internas da instituição. A logística dos processos construtivos deverá ser revista pela CONTRATADA, caso a Fiscalização aponte desvios nos itens acima, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.1.6. Será considerado como marco para início da prestação dos serviços referentes ao objeto pela CONTRATADA, após a assinatura do contrato, a emissão da Ordem de Serviço de Fiscalização.

10.1.7. A CONTRATADA deverá encaminhar à Fiscalização, imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço, o currículo da equipe técnica que conduzirá o contrato, conforme planilha contratual, com indicação do Preposto da empresa (engenheiro residente), com autonomia e conhecimento suficientes para plena execução dos serviços. A Fiscalização se reserva ao direito de analisar e aprovar o currículo da equipe técnica da CONTRATADA, verificando se esta possui as competências necessárias para a perfeita execução do objeto. Caso algum profissional não seja aprovado, caberá à CONTRATADA sua substituição, e reapresentação à Fiscalização de novo profissional para análise e aprovação.

10.1.8. Deverá ser realizada, após Emissão da Ordem de Serviço, em até 05 (cinco) dias úteis, a Reunião de Abertura da Obra (kickoff), onde serão tratados com a Fiscalização assuntos inerentes ao contrato como início dos serviços, logística, materiais, equipe, mobilização, dentre outros, devidamente registrados em ata de reunião.

10.1.9. A CONTRATADA deverá apresentar, na Reunião de Abertura, o Cronograma Executivo na forma de Gráfico de Gantt, elaborado no software Microsoft Project, conforme Anexo 4 – Modelo de Cronograma Executivo, e a Curva de Progresso Físico (curva “S”), elaborado no software Microsoft Excel, conforme Anexo 5 – Modelo de Curva de Progresso Físico, para acompanhamento da Fiscalização e da equipe técnica da CONTRATADA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.1.10. A CONTRATADA receberá, por ocasião da licitação e conforme termos do Edital, os anteprojeto, orçamentos e arquivos técnicos necessários para elaboração da proposta comercial. Desta forma, entende a Fiscalização que a CONTRATADA possui todos os meios para o pleno entendimento da prestação de todos os serviços de engenharia, para a execução do objeto da licitação. Assim sendo, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA a precificação da planilha orçamentária que integra a sua proposta comercial. A Fiscalização não aceitará, em hipótese alguma, a alegação de desconhecimento de itens presentes no orçamento ou no anteprojeto que integram este Estudo Preliminar, e não será aceita solicitação de pleitos futuros sob esta alegação.

10.1.11. Não será aceito pela Fiscalização, em hipótese alguma, alegação de que os preços unitários de sua proposta comercial são insuficientes para execução dos serviços correlatos, e nem a alegação de que não consta nas composições de referência materiais essenciais ou acessórios (“miscelâneas”), ou mão de obra, para a plena execução destes itens. Cabe exclusivamente à CONTRATADA o pleno entendimento do anteprojeto, sendo que a precificação dos itens deve ser elaborada pela CONTRATADA de forma a executá-los em sua plenitude, atendendo completamente às especificações.

10.1.12. Itens executados pela CONTRATADA, que não fazem parte do escopo da planilha contratação e não foram comunicados previamente de forma oficial pela CONTRATADA à Fiscalização, não serão aceitos como objeto de pleito por parte da CONTRATADA.

10.1.13. Cabe à CONTRATADA executar o objeto contratual estritamente dentro do Cronograma Executivo (Anexo 4) estabelecido junto à Fiscalização. Caso ocorram desvios, estes deverão ser visualizados na Curva de Progresso Físico (Anexo 5). Nestes casos, a CONTRATADA deverá elaborar e encaminhar à Fiscalização o Pano de Ação, conforme Anexo 6 – Modelo de Plano de Ação, informando que estratégia será tomada para corrigir eventuais desvios, retornando a curva de evolução do objeto contratual ao patamar planejado.

10.1.14. Deverá ser enviada à Fiscalização a Programação Quinzenal, conforme Anexo 7 – Modelo de Programação Quinzenal, elaborada no software Microsoft Excel, contendo as tarefas a serem realizadas pela equipe de produção nos dias específicos, em um horizonte de 15 dias. Este envio deverá ser semanal, pois a Programação Quinzenal, apesar de cobrir um horizonte de 15 dias de atividades, deverá ser atualizada semanalmente, em função da dinâmica e dos imprevistos que ocorrem na prestação de serviços construtivos de engenharia, objeto do escopo contratual.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.1.15. Quinzenalmente, será realizada, junto à Fiscalização, com a presença da equipe técnica da CONTRATADA, e obrigatoriamente com presença do Preposto (engenheiro residente), uma Reunião de Acompanhamento Quinzenal, onde serão discutidos assuntos referentes à evolução e andamento do contrato, à aderência ao Cronograma Executivo e à Curva de Progresso Físico, e o Cumprimento da Programação Quinzenal, dentre outros assuntos pertinentes ao objeto como equipes, frentes de ataque, aquisições, dentre outros. As definições desta reunião serão registradas em ata, assinadas pela Fiscalização e equipe técnica da CONTRATADA.

10.1.16. Revisões no Cronograma Executivo e Curva de Progresso Físico só serão aceitas mediante autorização expressa da Fiscalização, que irá avaliar a real necessidade para cumprimento do objeto contratual.

10.1.17. Não serão aceitos pela Fiscalização, em hipótese alguma, pleitos ou solicitações de aditivos por parte da CONTRATADA, em função de atrasos na execução dos serviços objeto do escopo contratual, do não cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Executivo e da não aderência à Curva de Progresso Físico, que culminem na alteração da data final de entrega e de finalização do contrato. Esse ônus caberá, integralmente, à CONTRATADA.

10.1.18. A Fiscalização se reserva o direito de apontar as não conformidades e desvios na prestação dos serviços de engenharia construtiva pela CONTRATADA. Não serão aceitos serviços ou tarefas consideradas desconformes com as especificações ou anteprojeto, e apresentem qualidade, funcionalidade ou acabamento duvidosos. O ônus pelos retrabalhos que eventualmente forem necessários, apontados pela Fiscalização nesses casos, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, e os serviços só serão aceitos após reparação a contento, a ser verificada pela Fiscalização.

10.1.19. Não serão aceitos pela Fiscalização o emprego de materiais de baixa qualidade, ou em desconformidade com a planilha orçamentária contratual, com os memoriais descritivos, e com as especificações técnicas dos projetos, devendo a CONTRATADA promover a sua imediata substituição no campo, e retirada do canteiro de obras.

10.1.20. A CONTRATADA disporá dos meios para pleno entendimento do objeto deste Estudo Preliminar e elaboração de sua proposta comercial (projetos, arquivos técnicos, memoriais e orçamento da Administração), conforme termos do Edital. Desta forma, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA o dimensionamento de sua equipe técnica e de produção, para execução do objeto contratual. Não será aceita pela Fiscalização, em hipótese alguma, solicitação de aditivos referentes a necessidade de reforço ou incremento de equipe para



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

atender prazos contratuais, sendo este dimensionamento e precificação adequada de total responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.21. A descrição detalhada do objeto, com todas as informações necessárias para perfeita execução pela CONTRATADA, constam dos Anexos 1, 2 e 3 (Anteprojeto, Relatório Fotográfico e Plantas) e 3 (Orçamento da Administração).

10.1.22. A CONTRATADA deverá seguir, para execução do objeto contratual, o que estabelece os anteprojeto, documentos técnicos e orçamento. Itens em desacordo com os documentos citados, tais como qualidade duvidosa de materiais ou insumos ou divergências de especificações, não serão aceitos pela Fiscalização.

10.1.23. Diariamente, a CONTRATADA deverá preencher o Diário de Obras, com informações sobre equipes, serviços executados, interrupções, ou outras que julgar necessárias. O Diário de Obras deverá ser encaminhado semanalmente à Fiscalização, para análise e considerações pertinentes.

10.1.24. A metodologia executiva, para cumprimento do objeto contratual, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Entretanto, poderá a Fiscalização intervir, caso constate que a estratégia de execução das frentes de trabalho irá resultar em serviços desconformes, de baixa qualidade ou gerar atrasos no cronograma, solicitando da CONTRATADA a adoção de providências para modificar a forma como as tarefas serão executadas, como incremento de mão de obra, mecanização da tarefa, utilização de ferramental adequado, dentre outras medidas.

10.1.25. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo que a garantia contratual se iniciará somente após o recebimento definitivo do objeto pela Fiscalização.

10.1.26. Caso a Fiscalização constate que a CONTRATADA emprega equipe técnica ou mão de obra insuficiente para cumprimento do Cronograma Executivo, ou abaixo do que estabelece o Orçamento do objeto contratual, a Fiscalização notificará a CONTRATADA, que deverá providenciar o imediato reforço da equipe. O não cumprimento ensejará em sanções contratuais.

10.1.27. A Fiscalização atuará diariamente, acompanhando as etapas construtivas, possuindo a prerrogativa de paralisar estas atividades caso considere desconforme em relação ao anteprojeto, ou em desacordo com as boas práticas de engenharia, normas ABNT ou demais órgãos reguladores





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

externos. Caberá à CONTRATADA tomar as providências necessárias para sanar as não conformidades apontadas, possibilitando a retomada das tarefas.

10.1.28. A CONTRATADA deverá estar ciente de que executará serviços de engenharia construtiva para entrega do objeto, em uma cidade em pleno funcionamento. A estratégia executiva, bem como a logística de ataque às frentes de trabalho, deverá levar em conta esta prerrogativa. Estes custos deverão estar presentes nos itens que compõe o Orçamento da CONTRATADA, que integra a Proposta Comercial da licitação. Não caberá questionamentos ou pleitos advindos da necessidade de isolamentos, tapumes, sinalização de fluxo, ou mão de obra paralisada em virtude do funcionamento das áreas assistenciais, não sendo aceitos pela Fiscalização.

10.1.29. Todos os serviços a serem executados pela CONTRATADA deverão estar em harmonia com a rotina da Secretaria Municipal de Obras, de modo a não prejudicar a vida dos munícipes.

10.1.30. A CONTRATADA deverá obedecer, para dimensionamento do canteiro de obras, o disposto nas Normas regulamentadoras (NR's) 18 e 24. Estes custos deverão estar previstos no orçamento da CONTRATADA, na composição dos seus custos unitários, e não serão objeto de pleito. Caso ocorra fiscalização dos órgãos regulamentadores, tais como Delegacia Regional do Trabalho (DRT) ou Ministério do Trabalho (MT), e estas apontem irregularidades nas instalações provisórias do canteiro de obras, o ônus será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.31. O cumprimento do que estabelece a NR 4, para dimensionamento do Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como a criação e manutenção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de acordo com o número de funcionários da empresa para execução do objeto contratual, é de responsabilidade da CONTRATADA, devendo esta arcar com o ônus no caso de notificações pelos órgãos fiscalizadores externos, pelo descumprimento da norma.

10.1.32. A CONTRATADA será fiscalizada nas questões de segurança do trabalho por equipe específica do Município, que compõe o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) da instituição. Esta equipe terá total autonomia de interromper atividades consideradas de risco, caso inflijam as normas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), não somente no que preconiza a NR 18 (Condições e meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), mas também em todas as NR's aplicáveis à execução do objeto, sendo a CONTRATADA passível de ser



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

notificada pela Fiscalização e de sofrer sanções contratuais, em função da gravidade da infração.

10.1.33. A Fiscalização que integra o SESMT do Município definirá as tarefas que considerar de maior exposição à riscos ou agravos à saúde do trabalhador, para elaboração da Análise Preliminar de Risco (APR), conforme Anexo 8 – Modelo de Análise Preliminar de Risco. As tarefas só serão iniciadas após elaboração e divulgação para equipe de produção envolvida na tarefa, com assinatura dos seus integrantes, da Fiscalização e do Preposto do Contrato. As tarefas determinadas só poderão ser iniciadas após a adoção deste procedimento, visando à preservação da saúde dos trabalhadores.

10.1.34. Diariamente, antes do início dos trabalhos pelas equipes de produção, a CONTRATADA deverá executar o Diálogo Direto de Segurança (DDS), conforme Anexo 9 – Modelo de Diálogo Direto de Segurança. Este consiste num treinamento rápido, de não mais do que dez minutos diários, em que são informados os principais riscos das atividades do dia, e os cuidados de prevenção a serem tomados pelos trabalhadores. Deverá ser ministrado pelo líder da equipe de produção, que acompanha os trabalhadores nas frentes de serviço (encarregado, técnico ou mestre de obras). Este documento deverá ser entregue à Fiscalização mensalmente, para arquivamento, sendo que a não realização poderá acarretar notificações ou sanções contratuais.

10.1.35. Cabe à CONTRATADA fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados aos seus trabalhadores, bem como os equipamentos de proteção coletiva. No caso de não fornecimento, ou de não utilização do EPI pelos profissionais, a Fiscalização notificará a CONTRATADA, que deverá tomar as providências para regularizar a situação e, caso o fornecimento não seja realizado, sanções contratuais ou paralização de atividades poderão ser adotadas.

10.1.36. A reincidência da falta de utilização do EPI pelo profissional poderá ensejar na sua retirada do canteiro de obras e substituição, a pedido da Fiscalização, e acarretar notificações e sanções à CONTRATADA.

10.1.37. O ingresso ao canteiro de obras dos profissionais da CONTRATADA para início das atividades dependerá de fornecimento, à Fiscalização, da Ficha de Registro do Empregado, Ordem de Serviço (entregue pela empresa ao empregado), Ficha de EPI, do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO).

10.1.38. Deverá a CONTRATADA apresentar, para autorização do início das suas atividades, o Programa de Condições e meio Ambiente do trabalho



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

(PCMAT) na Indústria da Construção Civil ou Programa de Prevenção a riscos Ambientais (PPRA), e entrega-los à Fiscalização.

10.1.39. Deverá a CONTRATADA apresentar, em até 60 dias após o início das atividades do contrato, o Laudo Técnico das Condições do ambiente de Trabalho (LTCAT). A não apresentação deste documento obrigatório poderá acarretar a paralização das frentes de trabalho.

10.1.40. Na ocorrência de fiscalização a de Saúde e Segurança do Trabalho pelos órgãos regulamentadores externos, comum em empreendimentos de engenharia construtiva, caberá o ônus por eventuais multas pelo descumprimento da normatização relativa às questões de saúde e segurança do trabalhador inteiramente à CONTRATADA.

10.1.41. A Fiscalização que compõe o SESMT do Município realizará rotinas de inspeções periódicas, no canteiro de obras e no local onde serão realizados os serviços de engenharia construtiva para atendimento do objeto contratual, apontando as não conformidades e situações de risco encontradas, para adoção de medidas de prevenção dos trabalhadores.

10.1.42. A Fiscalização de campo, da mesma forma, realizará a sua rotina periódica de inspeções, tanto no canteiro de obras quanto no local onde serão realizados os serviços de engenharia construtiva, apontando as não conformidades encontradas tais como incompatibilidades com os anteprojetos, projetos, serviços não conformes, materiais fora das especificações de projeto e memoriais, metodologia construtiva inadequada, má qualidade dos serviços e dos acabamentos de um modo geral.

10.1.43. Em consonância com os princípios de sustentabilidade e preservação ao meio ambiente, a CONTRATADA deverá prover o bota-fora dos materiais e do entulho gerado na obra. Este descarte deverá ser feito por empresa especializada, em local apropriado para o recebimento, sendo que os comprovantes do recebimento do material pela referida empresa deverão ser encaminhados à Fiscalização do contrato.

10.1.44. A CONTRATADA deverá utilizar, no caso de aquisição de materiais para confecção de fôrmas de estruturas de concreto armado, somente madeira de reflorestamento, cuja comprovação deverá ser feita junto à Fiscalização. Caso seja constatado que foram empregadas madeiras de mata nativa para esse serviço, a CONTRATADA será notificada e sofrerá as penalidades contratuais cabíveis, e além disso o material adquirido deverá ser removido do canteiro de obras.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.1.45. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços serão executados em obediência ao escopo do objeto contratual, minuciosamente conforme anteprojeto, memoriais descritivos, documentos técnicos e orçamento, com a qualidade esperada pela Fiscalização e pelo CONTRATANTE. Caso sejam apontados desvios no processo, que resultem em serviços de má qualidade, é dever da Fiscalização apontá-los, exigindo a reexecução das tarefas, até sanar os problemas observados, quer sejam estruturantes, ou de procedimento executivo, de baixa qualidade do material empregado ou de acabamento inadequado. À Fiscalização compete empregar os meios contratuais disponíveis para garantir que o objeto contratual seja entregue conforme as expectativas de todos os stakeholders do empreendimento, e estabelecidas em contrato.

10.1.46. A CONTRATADA deverá empregar os recursos necessários para execução dos serviços, conforme planilha orçamentária contratual, dimensionados de maneira adequada para cumprimento do Cronograma Executivo. Tais recursos se referem ao correto quantitativo de materiais e insumos, emprego de ferramentas e equipamentos adequados, além de mão de obra de produção em quantidade e qualidade suficiente. Este provimento é de total responsabilidade da CONTRATADA, que deverá considerá-lo nos seus custos orçamentários, e já deverá estar totalmente previsto na proposta comercial por ocasião da licitação. A Fiscalização não aceitará alegações de insuficiência de materiais, ocorrência de equipamentos e ferramentas não orçadas (mas estritamente necessárias para realização dos serviços), além de mão de obra produtiva orçada em quantidade inferior à necessária, visando pleitear aditivos futuros.

10.1.47. Eventuais danos ao patrimônio da CONTRATANTE, causados pela CONTRATADA durante a realização dos serviços, deverão ser reparados pela CONTRATADA.

10.1.48. Deverá a CONTRATADA adotar logística de entrega, recebimento e estocagem de materiais de modo a não impactar nos fluxos internos do Município, e também a não impactar no trânsito de pacientes e veículos pelas vias públicas no sítio da instituição, devendo ser definidas estratégias como rotas alternativas de acesso, horários determinados para entrega e recebimento de material, sinalização e demarcação de área para desembarque de materiais, áreas de estocagem bem definidas e determinadas no canteiro, manter acessos desimpedidos agilizando o a rotina de recebimento, dentre outros.

10.1.49. O objeto contratual será executado em um sítio de área em pleno funcionamento. Sendo assim, cabe à CONTRATADA treinamento e orientações aos seus trabalhadores quanto aos riscos na prestação de serviços em unidades



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

hospitalares, como exposição a agentes patogênicos. Estes treinamentos deverão ser registrados em ata, e encaminhados à Fiscalização do SESMT do Município, para arquivamento.

10.1.50. Caso haja necessidade de algum EPI específico, em função de algum agente nocivo à saúde, ou em função de alguma característica particular do local onde serão realizados os serviços, estes deverão ser fornecidos pela CONTRATADA ao trabalhador, que terá o dever de usá-lo, sob pena de advertência por parte da Fiscalização.

10.1.51. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA, conforme Consolidação das Leis do trabalho – CLT. Em trechos de grande impacto a mobilidade urbana, o serviço deve ser planejado de forma a causar o menor tempo de interrupção possível, considerando a possibilidade de execução de forma ininterrupta.

10.1.52. A CONTRATADA deverá observar o que estabelece a Convenção Coletiva de Trabalho firmada junto ao sindicato da categoria dos seus empregados, no que tange ao fornecimento dos benefícios estabelecidos nesta convenção. Todos os benefícios deverão estar previstos na composição dos custos e planilha orçamentária da CONTRATADA, para fornecimento aos funcionários. Não serão aceitas pela Fiscalização alegações de que não estão orçados direitos dos trabalhadores constantes na Convenção Coletiva, caso seja detectado pela Fiscalização ou entidade sindical o não cumprimento dos benefícios desta Convenção, devendo a CONTRATADA arcar integralmente com estes custos, sob risco de penalidades contratuais.

10.1.53. Caberá à CONTRATADA prover uma equipe de produção com as competências necessárias para cada função, e capaz de atender aos prazos estabelecidos no Cronograma Executivo. A Fiscalização não solicitará da CONTRATADA substituição de profissional por improdutividade ou falta de habilidade no desenvolvimento dos trabalhos, somente nos casos de insubordinação, desrespeito a pacientes, a profissionais da instituição ou à própria Fiscalização, ou reincidência em questões referentes à segurança do trabalho (como falta frequente de uso dos EPIs, por exemplo). Entretanto, a CONTRATADA será cobrada quanto ao cumprimento do Cronograma Executivo e pela qualidade dos serviços prestados, cabendo a esta decidir se deve prover a substituição de profissionais da sua equipe, com produção e qualidade visivelmente aquém da esperada, ou se arcará com notificações e sanções impostas pela Fiscalização.

10.1.54. Caso surjam interferências ou condições de trabalho não previstas na planilha orçamentária contratual, estas devem ser imediatamente informadas





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

à Fiscalização, que tomará as medidas que julgar pertinentes para solução do problema e prosseguimento da obra. Soluções não previstas em anteprojeto e executadas pela CONTRATADA, sem o conhecimento da Fiscalização, poderão não ser aceitas, sendo o ônus do retrabalho inteiramente da CONTRATADA.

10.1.55. A Fiscalização poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela Contratada providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

10.1.56. A responsabilidade técnica pelos serviços executados cabe inteiramente à CONTRATADA. A existência e a atuação da Fiscalização em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

10.1.57. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

10.1.58. A Fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros.

10.1.59. A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como, de subempreiteiras e/ou subcontratadas.

10.1.60. Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas do CONTRATANTE, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.

10.1.61. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela Fiscalização ou pela própria CONTRATADA, obrigará a mesma, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou anteprojeto.

10.1.62. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento das obras e serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa, por ação ou omissão.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.1.63. A CONTRATADA, sem prejuízo das suas responsabilidades, deverá comunicar imediatamente à Fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução das obras e serviços, como também, comunicar qualquer fato que resultar em risco de segurança e estabilidade, ou comprometer a qualidade da obra.

10.1.64. Ocorrendo o previsto no item anterior, com o objetivo de não causar danos a nenhuma das partes, a Fiscalização do CONTRATANTE poderá autorizar modificações de caráter urgente, justificando a sua autorização.

10.1.65. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela Contratada, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições deste EP, do contrato ou do anteprojeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

10.1.66. A Contratada deverá manter permanentemente e colocar à disposição da Fiscalização os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro.

**10.2. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.**

10.2.1. A licitação se dará na modalidade Pregão eletrônico, tipo Menor Preço Global.

10.2.2. Será declarada vencedora a licitante que, além de apresentar o menor preço dentre as proponentes, for habilitada jurídica, financeira e tecnicamente, de acordo com este Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência e Edital.

10.2.3. As proponentes deverão utilizar, para composição da sua proposta comercial, a Planilha Orçamentária do Anexo 10 – Modelo de Planilha Orçamentária.

10.2.4. Cabe à CONTRATADA checar o orçamento da Administração conforme anteprojeto, antes da sua precificação. Dessa forma, visto que as proponentes possuem anteprojeto para análise, levantamento de quantitativos e orçamentação, não caberá solicitação de pleitos de aditivos pela futura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CONTRATADA, alegando quantitativos insuficientes em planilha para execução dos serviços.

10.2.5. Os preços dos itens do orçamento da Administração representam a referência máxima que a Administração Pública se propõe a pagar. Os preços adotados pelas proponentes, a despeito do desconto apresentado, deverão cobrir plenamente a execução dos serviços, de acordo com as especificações do anteprojeto e documentos técnicos, devendo as proponentes estudar minuciosamente este material para perfeita precificação. Não serão aceitas pela futura CONTRATADA solicitação de pleitos, alegando serem os preços insuficientes para execução dos itens mencionados.

10.2.6. Fará parte da Proposta Comercial da proponente:

- A planilha Orçamentária (Orçamento Sintético), conforme modelo do Anexo 10;
- As Composições de Custo (Orçamento Analítico) dos serviços, conforme composições do Anexo 3;
- O Cronograma Físico Financeiro, conforme modelo referencial do Anexo 3;
- A Curva ABC, conforme modelo referencial do Anexo 3;

10.2.7. As proponentes deverão considerar, como duração do empreendimento, o prazo constante no Cronograma Físico Financeiro e Orçamento da Administração (Anexo 3), considerado suficiente para perfeita execução do objeto pela Administração Pública. O atendimento pleno a este prazo de execução deverá ser levado em consideração pela proponente, na orçamentação do objeto.

10.2.8. Compete à proponente a perfeita análise dos projetos e demais documentos técnicos, memoriais descritivos e orçamento, para a correta precificação dos serviços de engenharia a serem prestados. Não serão aceitas solicitação de pleitos futuros, alegando que os preços assumidos pela CONTRATADA por ocasião da licitação, e firmados em contrato, são insuficientes para execução plena do objeto.

### **10.3. Metodologia de avaliação da execução dos serviços.**

10.3.1. Os serviços serão avaliados pela Fiscalização, que fará inspeções periódicas de acompanhamento da execução dos serviços no campo.

10.3.2. A Fiscalização possui a prerrogativa de apontar os serviços não conformes, de qualidade indesejada ou que necessitem de retrabalho, como



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

também apontar a incidência de aplicação de materiais de baixa qualidade ou em desacordo com as especificações dos projetos, sendo os custos devidos ao retrabalho, e a substituição e/ou devolução de materiais de responsabilidade da CONTRATADA.

10.3.3. A produtividade da CONTRATADA será avaliada na atualização semanal da Curva de Progresso Físico (Anexo 5), que deverá ser encaminhada semanalmente à Fiscalização.

10.3.4. Quinzenalmente, por ocasião da Reunião de Acompanhamento Quinzenal, será avaliada a produtividade da CONTRATADA, através da evolução do Cronograma Executivo (Anexo 4) e da Curva de Progresso Físico (Anexo 5), com análise dos percentuais de avanço, indicando se a obra está adiantada ou atrasada em relação ao planejado.

10.3.5. Caso se constate atrasos na evolução dos serviços através da Curva de Progresso Físico, a CONTRATADA apresentará na Reunião Quinzenal o Plano de Ação (Anexo 6), oficializando à Fiscalização quais ações serão tomadas para a mitigação dos atrasos, de modo a retomar o ritmo de evolução do contrato, eliminando a diferença entre as curvas de avanço planejado e avanço real.

10.3.6. Caso as medidas adotadas pela CONTRATADA para retomada do ritmo de execução sistematicamente não surtam efeito, poderá ser necessária a reprogramação da Curva de Progresso Físico e do Cronograma Executivo (linha de base do contrato). Essas reprogramações deverão ser solicitadas oficialmente, e só poderão ser realizadas com o aceite da Fiscalização.

10.3.7. Caso se constate pela Fiscalização que, mesmo com autorização das reprogramações na Curva de Progresso Físico e Cronograma Executivo, não seja possível manter a data final de entrega do objeto contratual, a CONTRATADA será notificada, e serão avaliados os prejuízos dessa postergação ao Município, podendo a Fiscalização, conforme contrato, aplicar as sanções que julgar pertinente nesses casos.

10.3.8. Não poderá a CONTRATADA pleitear aditivos sob alegação de atrasos na evolução dos serviços, ultrapassando o período de execução do Orçamento e Cronograma Físico Financeiro. Pleitos relativos a custos indiretos, tais como manutenção da equipe técnica, ou manutenção do canteiro de obras e locações de equipamentos, dentre outros, que ocorrerem em função do atraso na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, com postergação na data de entrega final do objeto contratual, não serão aceitos pela Fiscalização. Por se



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

tratar de licitação na modalidade integrada a CONTRATADA não poderá pleitear aditivos sob nenhuma alegação.

10.3.9. A Fiscalização realizará inspeções rotineiras para verificar a qualidade dos serviços prestados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações técnicas dos projetos e memoriais descritivos. Caso seja verificado alguma anomalia ou não conformidade, a CONTRATADA será notificada formalmente, devendo providenciar o reparo imediato ou substituição imediata do material, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.3.10. A Fiscalização, caso detecte que determinada frente de serviço ou produto entregue esteja desconforme ou apresente má qualidade, poderá paralisar a obra, liberando a execução somente quando a CONTRATADA executar o reparo da anomalia ou não conformidade detectada, dentro dos padrões de qualidade contratuais e exigidos pela Fiscalização;

10.3.11. A existência da Fiscalização não exime a CONTRATADA de executar os serviços para entrega do objeto, conforme contrato firmado com o Município, na qualidade definida nos projetos e pela Fiscalização. A responsabilidade por serviços de má qualidade, e inclusive o ônus pelos reparos, cabe inteiramente à CONTRATADA. À Fiscalização cabe apontar as falhas observadas, notificar a CONTRATADA, e exigir a reparação.

10.3.12. A recusa de CONTRATADA pela reparação de eventuais serviços que apresentem baixa qualidade, apontados pela Fiscalização, conforme item anterior, poderá ensejar aplicação de sanções à CONTRATADA previstas em contrato.

#### **10.4. Critérios de medição e pagamento**

10.4.1. A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, a Medição de Serviços e a Memória de Cálculo dos serviços executados, que deverão ser entregues para à Fiscalização, para análise e verificação da compatibilidade entre o que está medido e o que está realmente executado, obedecendo os critérios de qualidade e a compatibilidade com os projetos.

10.4.2. Os serviços serão pagos em valores percentuais das fases de execução, conforme cronograma executivo.

10.4.3. Incidirá sobre as medições o BDI e o desconto contratual sobre os serviços, e ainda Índice de Medição de Resultados (IMR), que avalia mensalmente, por ocasião da medição o andamento da prestação dos serviços da CONTRATADA na condução do objeto contratual.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.4.4. Após realizadas eventuais correções solicitadas pela Fiscalização, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal, de acordo com a Medição de Serviços e a Memória de Cálculo consolidadas, e entregará toda a documentação ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

10.4.5. A cada pagamento a ser efetuado, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularização fiscal para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com o Sistema de Seguridade Social – INSS, e regularidade de débitos trabalhistas com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei 12.440/2011.

10.4.6. A Garantia contratual, para efeito de liquidação e pagamento, deve estar vigente.

10.4.7. O contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

10.4.8. Eventual situação de irregularidade fiscal da CONTRATADA não impede o pagamento, se o fornecimento tiver prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa.

10.4.9. Caso a CONTRATADA apresente avanço na execução do objeto contratual abaixo do acordado, ou seja, o percentual dos serviços de engenharia, por ocasião da medição mensal, esteja abaixo do previsto no cronograma do referido mês, a Fiscalização poderá aplicar disposto em 9.3.2.2 do Acórdão 2622/2013 do TCU, em que o pagamento da administração local da CONTRATADA deve ser proporcional ao avanço apresentado.

**10.5.** Deve-se utilizar o Instrumento de Medição por Resultados (IMR) como dispositivo contratual para formalizar o nível da prestação de serviços que será exigido da CONTRATADA, e que garanta níveis específicos de performance e qualidade. Este indicador de performance não é visto como mero instrumentos de penalização à CONTRATADA, mas como forma para possibilitar a melhoria contínua dos serviços prestados.

10.5.1. Os resultados do IMR indicarão os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados. Antes do pagamento pela etapa do serviço concluída, será apurado o somatório da pontuação decorrente do registro de ocorrência para eventual aplicação dos descontos (glosas).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.5.2. A cada notificação, a CONTRATADA terá direito de emitir justificativa. Caso as alegações sejam provenientes de situações impeditivas, como as decorrentes de caso fortuito ou força maior, o fiscal técnico e/ou a equipe de fiscalização poderá acolher a justificativa.

10.5.3. A cada aplicação de desconto, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade na aplicação. Os descontos aplicados incidirão como glosa na fatura/nota fiscal do mês vigente.

10.5.4. As ocorrências, que se julgarem necessários, podem ser incorporados e/ou suprimidos a qualquer tempo ao contrato desde que em comum acordo entre as partes. Segue abaixo sugestão de modelo de Tabela com o IMR a ser inserido no contrato:

<b>TABELA IMR – Instrumento de medição por Resultados Indicador: Prazo de avanço dos serviços</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Garantir a efetiva realização das demandas por serviços de engenharia, conforme estabelecido no projeto executivo e caderno de encargos, dentro do prazo estabelecido no cronograma executivo.
Metas a Cumprir	Porcentagem executada no mês de acordo com o previsto no cronograma executivo
Instrumento de Medição	Cronograma Executivo; Curva de Progresso Físico
Forma de Acompanhamento	Atraso na execução da obra em relação ao planejado no cronograma executivo.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será avaliada o percentual de avanço realizado no mês em relação ao avanço previsto no cronograma executivo e curva de progresso físico. Caso seja necessário que o serviço seja refeito por erro de execução ou utilização de material indevido e ensejar atraso no percentual de avanço mensal este deverá ser considerado como atraso e sofrerá a glosa correspondente.
Início de Vigência	A partir do início da obra





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Faixas de Ajustes no Pagamento e Sanções	As adequações de pagamento em função do atendimento das metas estabelecidas ocorrerão da seguinte forma: Atraso de até 5% das metas do mês: SEM GLOSA; Atraso de 5% a 10% das metas do mês: glosa de 2% na nota fiscal da etapa; Atraso de 10% a 20%: glosa de 5% na nota fiscal da etapa; Atraso de 20% a 30%: glosa de 10% na nota fiscal da etapa; Atraso de 30% a 40%: glosa de 15% na nota fiscal da etapa; Atraso superior a 40%: glosa de 30% na nota fiscal da etapa.
--	--

<b>TABELA IMR – Instrumento de medição por Resultados</b> <b>Indicador: Limpeza e Organização</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Garantir que tanto as frentes de serviços quanto o canteiro da contratada se mantenham limpos e organizados, sem obstruções dos acessos, sem materiais mal acondicionados e sem acúmulo de entulho de obra.
Metas a Cumprir	Serviços de engenharia e local do canteiro limpos e organizados, com materiais bem acondicionados.
Instrumento de Medição	Visual
Forma de Acompanhamento	Inspeção periódica das frentes de serviço e canteiro de obras, pela Fiscalização do contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será verificado durante o mês, em inspeções rotineiras, o número de incidências de acúmulo de entulho de obra em locais inadequados pela contratada, bem como etapas de serviços de engenharia que possam estar obstruídas, sujas ou desorganizadas (inclusive canteiro), e ainda o armazenamento dos materiais e insumos.
Início de Vigência	A partir do início da obra



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Faixas de Ajustes no Pagamento e Sanções	<p>As adequações de pagamento em função do atendimento das metas estabelecidas ocorrerão da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Zero incidências no mês: SEM GLOSA;</li><li>- Até 3 incidências no mês: glosa de 5 % na medição mensal;</li><li>- De 4 a 6 incidências no mês: glosa de 10 % na medição mensal;</li><li>- De 7 a 10 incidências no mês: glosa de 15% na medição mensal.</li></ul>
--	---

10.5.5. A aplicação do IMR acima não exclui a incidência do disposto no Acórdão 2666/13 – TCU – Plenário, que estabelece o pagamento proporcional dos custos de administração local ao avanço financeiro previsto do contrato, podendo estas serem cumulativas.

#### **10.6. Obrigações da CONTRATADA**

10.6.1. Executar os serviços conforme especificações deste Estudo Preliminar e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste EP e em sua proposta;

10.6.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

10.6.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do Município.

10.6.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.6.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 48 horas (quarenta e oito horas), o objeto com avarias ou defeitos;

10.6.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.6.8. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.6.9. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

10.6.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

10.6.11. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Estudo Preliminar;

10.6.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

10.6.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.6.14. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.6.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.6.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.6.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.6.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

10.6.19. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Município, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;

10.6.20. Mobilizar todo o pessoal a ser utilizado nesta contratação, num prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de assinatura do contrato;

10.6.21. A CONTRATADA deverá manter, obrigatoriamente, equipamentos, ferramentas e pessoal indicado em sua proposta, permanentemente disponível e a disposição para a realização dos serviços;

10.6.22. Efetuar a entrega do objeto, de acordo com cronograma, em perfeitas condições, conforme especificações e prazo constantes neste Estudo Preliminar;

10.6.23. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6.24. Instalar placa de identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação pertinente, bem como providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

10.6.25. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições avaliadas e autorizadas pelo Município;

10.6.26. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.6.27. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução da entrega do objeto contratado;

10.6.28. Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas relativas ao objeto contratado;

10.6.29. Responder, por escrito, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinente ao Contrato, que eventualmente venham a ser solicitado pela CONTRATANTE;

10.6.30. Emitir laudo técnico que comprove a qualidade do produto entregue;

10.6.31. Utilizar ferramentas e equipamentos próprios na execução dos serviços, não podendo se servir dos pertencentes da CONTRATANTE a qualquer título e ainda que temporariamente;

10.6.32. Retirar, apenas mediante autorização formal da Fiscalização, as máquinas e os equipamentos que levar para o local dos serviços ou as instalações por ele executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos;

10.6.33. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente; juntamente com a nota fiscal, as cópias dos comprovantes de pagamento, com discriminação individual dos salários, bem como dos recolhimentos trabalhistas, das contribuições previdenciárias conforme legislações vigentes, relativas ao pessoal envolvido diretamente nos serviços assim como o comprovante de pagamento dos impostos decorrentes da prestação dos serviços. A não apresentação da documentação acima acarretará a suspensão do pagamento da fatura da CONTRATADA até que seja apresentada a documentação exigida;

10.6.34. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer outros encargos fiscais, de origens Federais, Estaduais ou Municipais, vigentes, bem como de quaisquer despesas judiciais ou extras judiciais, que lhe venham a ser imputada, inclusive em relação a terceiros, decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da CONTRATADA. Devendo ter cópia anexado a nota fiscal;

10.6.35. Manter no canteiro de obras a relação nominal dos empregados e trabalhadores utilizados na execução dos serviços contratados, devendo apresentar tal relação e os respectivos contratos de trabalho ou carteiras de trabalho, devidamente assinadas à fiscalização da CONTRATANTE.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

10.6.36. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência do Município;

10.6.37. Em caso de acidente, a CONTRATADA deverá emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) em até 24 horas após o acidente e fornecer uma cópia para esta Fiscalização;

10.6.38. Substituir em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado que esteja envolvido com a prestação dos serviços cujo comportamento ou permanência sejam considerados inconvenientes ao seu bom andamento ou as boas relações empresariais, desde que a CONTRATANTE faça tal solicitação por escrito. O empregado substituído não poderá assumir qualquer outra função inerente à prestação dos serviços objeto da presente contratação;

10.6.39. Dispor de um número suficiente de pessoas qualificadas para eventuais substituições do efetivo, em casos de faltas, folgas, doenças ou licenças, de forma a assegurar o quantitativo mínimo de pessoal que assegurem a execução das atividades contratadas;

10.6.40. Dirigir e supervisionar tecnicamente os trabalhos, ficando responsável, perante a CONTRATANTE pela exatidão técnica dos serviços e pela correta observância das especificações técnicas e demais normas aplicáveis ou recomendadas pela CONTRATANTE. A CONTRATADA fica sujeita a todas as imposições técnicas, regulamentares e legais que vigoram no Brasil, não sendo aceita invocação de seu desconhecimento como justificativa para reivindicações de pagamento por modificações que se tornarem necessárias por força dessas disposições.

10.6.41. Elaborar e enviar semanalmente à Fiscalização a Programação Quinzenal (Anexo 7) e a Curva de Progresso Físico (Anexo 5), atualizados;

10.6.42. Realizar, quinzenalmente, junto à Fiscalização, a Reunião de Acompanhamento do Contrato.

10.6.43. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a) A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Município;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

- b) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Município, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.

10.6.44. Cumprir todas as normas de Saúde e Segurança do Trabalho aplicáveis ao objeto, em especial as NR's (Normas regulamentadoras).

10.6.45. Fornecer todos os EPI's e EPC's necessários à execução dos serviços, além de treinar e fazer cumprir o uso pelos seus empregados.

10.6.46. Constituir CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), na forma da legislação vigente.

10.6.47. Fornecer os treinamentos obrigatórios e necessários de Saúde e Segurança do Trabalho aos seus funcionários, e apresenta-los à Fiscalização.

10.6.48. Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto.

10.6.49. Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do CONTRATANTE ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados.

10.6.50. Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

## **10.7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.7.1. Poderão ser aceitas subcontratações pela Fiscalização em casos específicos, necessários para o bom andamento do contrato, em que a subcontratação for julgada pela Fiscalização como a melhor solução técnica devido à complexidade e mão de obra necessária para execução do serviço, e possuidora de logística tal que garanta a boa execução e cumprimento dos prazos contratuais.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CONTRATADA deverá apresentar solicitação formal de subcontratação à fiscalização, com as devidas justificativas, para os casos descritos acima.

10.7.2. Os serviços que são exigidos como critérios de qualificação técnica e que devem constar no acervo técnico das proponentes, por ocasião da licitação, conforme 6.1 deste ETP, não poderão ser subcontratados em nenhuma hipótese, conforme Acórdão 1.190/2016 – TCU, devendo ser executados com mão de obra da licitante vencedora.

## **11. IMPACTOS AMBIENTAIS**

A CONTRATADA deverá prover a segregação e destinação ambiental adequada dos resíduos da construção civil classes A, B, C e D, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, no que couber;

## **12. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

O objeto constitui em implantação de sistema de macrodrenagem, com prazo de execução estabelecido. Nessas condições, é praxe da Administração Pública a contratação única, para que apenas uma empresa execute o objeto, adotando uma única logística e metodologia executiva, facilitando a gestão e a fiscalização do empreendimento pelo agente público.

## **13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Considerando que o Município de Pinheiros/ES sofre constantemente com a situação de suas ruas, com surgimento de buracos e desnivelamento, se tornando um verdadeiro pesadelo para os moradores. Todavia, tais incidentes são frutos de uma série de fatores, tendo como principal as condições do solo da cidade, visto que esta foi edificada às margens do rio Jundiá, o qual hoje se encontra nas galerias subterrâneas que cortam todo o centro e bairros que o rodeiam

Considerando a atual situação de perda de moveis, bens, equipamentos, transtornos causados pela interdição de ruas, paralisação de serviços públicos essenciais, limitação de acesso a hospitais, postos de saúde, escolas, farmácias.

Considerando a oportunidade de redução das doenças causadas pelo acúmulo de água, como leptospirose e diversas verminoses, a macrodrenagem possui outras vantagens, como:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

- Redução dos transtornos decorrentes de fortes chuvas.
- Redução da quantidade de imóveis perdidos ou danificados pelas inundações.
- Diminuição de perdas materiais e humanas em residências, indústrias e comércios.
- Redução de ocorrência de descarte irregular de resíduos.
- Reduzir a ocorrência de alagamentos.
- Melhora da qualidade das águas pluviais.
- Escoamento rápido das águas superficiais, facilitando o tráfego por ocasião das chuvas.
- Diminuição da destruição de vias públicas pelo efeito de chuvas intensas.
- Redução de custos com manutenção, restauração e reabilitação de equipamentos públicos danificados após a ocorrência de chuvas.
- Redução transtornos causados pela interdição de ruas e a paralisação de serviços públicos essenciais, como o transporte público.
- Eliminação de águas estagnadas e lamaçais, focos de doenças.
- Aumento do escoamento da água, diminuindo a incidência de enchentes e pontos de alagamento.
- A possibilidade de circulação de veículos e pedestres em áreas urbanas após chuvas intensas.
- Valorização das propriedades nas áreas em que possuem sistema de drenagem.
- Possibilidade do desenvolvimento urbano de forma sustentável.
- Aumento da qualidade de vida.
- Melhoria na qualidade da saúde pública.

Considerando ainda que não haverá aumento (possivelmente redução) no custeio no ano da entrega da obra e nos dois anos subsequentes e a disponibilidades de recurso financeiro, consideramos viável a contratação do objeto proposto neste ETP.

#### **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Considerando o atual quantitativo de colaboradores lotados na Secretaria Municipal de Obras e o atual quantitativos de demandas do setor e o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

planejamento de novas contratações ainda para o ano vigente, sugerimos a contratação de uma empresa gerenciadora de obras para auxiliar a atual equipe de fiscalização no acompanhamento e fiscalização do objeto deste ETP.

**15. TODO DOCUMENTO PÚBLICO TEM COMO PREMISSE A OBSERVÂNCIA DA PUBLICIDADE COMO PRECEITO GERAL E DO SIGILO COMO EXCEÇÃO, DE ACORDO COM A LEI 12.527, COM A FINALIDADE DE GARANTIR O ACESSO À INFORMAÇÕES, SENDO ASSIM, AVALIAR A NECESSIDADE DE CLASSIFICAR ESSE DOCUMENTO COMO SIGILOSO, JUSTIFICANDO SE FOR O CASO.**

Tendo em vista não se tratar de conteúdo sigiloso, este documento poderá ter acesso caso seja solicitado. Contudo, em fase preparatória de contratação, os documentos estarão com acesso restrito.

Pinheiros/ES, 19 de junho de 2023.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIROS**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ANEXOS**

**Anexo 1 – Anteprojeto**

**Anexo 2 – Relatório fotográfico**

**Anexo 3 – Planta Baixa Geral, Perfil e Detalhes**

**Anexo 4 – Modelo de Cronograma Executivo**

**Anexo 5 – Modelo de Curva de Progresso Físico**

**Anexo 6 - Modelo de Plano de Ação**

**Anexo 7 - Modelo de Programação Quinzenal**

**Anexo 8 - Modelo de APR**

**Anexo 9 - Modelo de DDS**

**Anexo 10 - Modelo de planilha para proposta**

**Anexo 11 - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**